



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Quinta-feira • 30 de março • Ano VI

PCS do MPU

Relatório do PL 6469 será votado na próxima quarta-feira



Aracely é o novo presidente da Comissão de Trabalho

A primeira mobilização dos servidores do Judiciário e do MPU no Congresso Nacional, realizada ontem (quarta-feira, 29/03), já mostrou seus primeiros resultados. Na comissão de Trabalho, o deputado Henrique Alves (PMDB-RN), relator do PL 6469/05 (referente ao PCS do MPU), confirmou a inclusão do seu relatório na pauta da comissão, a se realizar na próxima quarta-feira (05/04).

Inicialmente, Alves estava disposto a só colocar o projeto em votação na pauta no próximo dia 11 de abril (ou seja, daqui há duas semanas). Mas mudou de idéia depois da argumentação do Sindjus de que seria na época da semana Santa e, portanto, ruim para apreciação da matéria. O anúncio do deputado foi feito logo após a eleição do novo presidente da comissão, em meio a vários servidores da categoria. E atendeu aos apelos de vários parlamentares que pediram para que o projeto fosse incluído na pauta o quanto antes, diante da pressão feita pelos servidores na Casa.

Durante a sessão, foi eleito como novo

presidente da comissão de Trabalho o deputado Aracely de Paula (PL-MG) e como primeiro vice-presidente, o deputado Armando Alves, conhecido como Coronel Alves (PL-AP). Mas o relator do PL 6469 continua sendo o deputado Henrique Alves (PMDB-RN), conforme queria a categoria e conforme o Sindjus batalhou para que acontecesse

uma vez que a mudança de relatoria a esta altura, poderia atrasar a tramitação do projeto.

Toda a reunião foi acompanhada de perto pelos servidores, que portavam adesivos sobre os dois PCS e procuravam conversar com cada um dos deputados. Tanto que vários parlamentares elogiaram o PL e manifestaram apoio ao projeto, dentre os quais, Luciana Genro (PSOL-RS), Clair Martins (a dra. Clair, do PT-PR), Laura Carneiro (PFL-RJ), Walter Barelli (PSDB-SP), Coronel Alves (PL-AP) e Vicentinho (PT-SP).

O Sindjus, portanto, convoca toda a categoria para a reunião da comissão programada para a próxima quarta-feira. O momento é de todos se unirem para lutar pelo PCS!

Votação do PCS do MPU

Onde: Comissão de Trabalho

Local: plenário 12, anexo 2 da Câmara dos Deputados

Data: quarta-feira, 05/04

Horário: 10h

Eleições do Sindjus acontecem nos dias 4, 5 e 6. Sua participação é fundamental!

O Sindjus realiza, na próxima semana, eleições para renovação da diretoria colegiada e do seu conselho fiscal para o período 2006/2009. As eleições acontecem na terça-feira, quarta e quinta-feira (dias 4, 5 e 6 de abril) e os associados poderão votar na urna fixa localizada na sede do sindicato ou em 47 urnas itinerantes, que serão colocadas em todos os locais de trabalho dos servidores do Judiciário e do MPU.

Está apto a votar todo filiado que for associado ao Sindjus há mais de 60 dias, estiver com as mensalidades em dia e gozar dos direitos sociais previstos no estatuto do sindicato. Já a apuração dos votos, acontece na quinta-feira (06/03), logo após o término do processo eleitoral.

O Sindjus lembra a todos que o voto de cada um é fundamental, para definir o trabalho que será realizado pelo membros eleitos para o próximo triênio e, sobretudo, para fortalecer a capacidade de mobilização da categoria.

Para que as eleições sejam válidas, é necessário que haja quorum de 50% dos associados mais um – todos aptos a votar. Contribua com o seu voto. Participe! Vamos mostrar a força e o poder de participação da categoria. Principalmente neste momento, em que estamos lutando por projetos de tamanha importância para os servidores.

• PCS do Judiciário

Categoria precisa comparecer à Comissão de Finanças na próxima quarta-feira

Os servidores do Judiciário precisam comparecer à reunião da Comissão de Finanças programada para a próxima quarta-feira (05/04). A comissão não realizou a eleição ontem nem teve sessão, porque ficou decidido que a presidência caberá ao PMDB e a liderança do partido ainda não tinha indicado um nome para substituir o atual presidente, o deputado Geddel Vieira (PMDB-BA) – o que deve acontecer até o final desta semana.

Mesmo assim, a mobilização dos servidores foi importante para mostrar o interesse da categoria pela tramitação do PL 5845/05 (do PCS do Judiciário) e fez com que vários deputados parassem para conversar sobre o assunto com a categoria. Foi o caso, por exemplo, de José

Pimentel (PT-CE). Pimentel considerou justa a reivindicação, disse que os trabalhadores do Judiciário estão lutando por um direito que lhes cabe e apóia a proposta, mas é preciso aguardar a próxima reunião da comissão.

Mesmo os membros de outras comissões também fizeram questão de destacar o projeto, como o deputado Ennio Bacci (PDT-RS), da comissão de Seguridade Social. “Uma manifestação como essa leva qualquer parlamentar a procurar saber do que se trata e procurar atender ao pleito dos servidores”, disse ele.

A categoria combinou de, daqui por diante, procurar os parlamentares em seus gabinetes para conversar sobre o PCS do Judiciário e enviar novos e-mails para os membros da

comissão de Finanças, com o objetivo de criar um ambiente favorável para a inclusão do projeto na pauta e para sua votação. Segundo o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarp, é preciso negociar a parte relativa ao impacto orçamentário do PL, o que depende de vontade política e torna imprescindível a mobilização dos servidores, neste momento. Portanto, vamos todos à comissão de Finanças, na próxima quarta-feira.

Sessão da Comissão de Finanças

Local: plenário 2, anexo 2 da Câmara dos Deputados

Data: quarta-feira, 05/04

Horário: 10h

Eleições da comissão de Finanças são adiadas pela sexta vez.

Estamos nos últimos dias de março e a eleição para escolha do novo presidente e vice-presidente da Comissão de Finanças e Tramitação foi adiada, ontem (quarta-feira, 29/03), pela sexta-vez consecutiva, mostrando a situação caótica sem precedentes que vive o País, sobretudo o Legislativo. Todos sabem da relevância que tem uma comissão técnica que avalia justamente as matérias pertinentes a questões tributárias e orçamentárias nacionais. E nada é mais contraditório do que ver um Congresso que teve período de

convocação extraordinária em janeiro, passar pelo constrangimento de, um mês depois da abertura oficial do ano Legislativo, algumas comissões do Congresso ainda não terem começado a trabalhar.

Como o argumento apresentado como desculpa, desta vez, é a eleição para escolha da liderança do PMDB. Também aguardam esta decisão, além da Comissão de Finanças, as comissões de Turismo e de Transportes (cujas presidências cabem ao referido partido).

CNJ considera legal a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário da União

No julgamento dos Procedimentos de Controle Administrativo nº 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83, o Conselho Nacional de Justiça considerou legal a fixação da jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário da União, entre o mínimo de 6 e o máximo de 8 horas diárias.

A discussão foi suscitada no CNJ por várias representações movidas pelo Ministério Público Federal, contra os atos do STM, CJF, TJDF, STJ, STF, CJF, TRF1 e TST,

que fixavam jornada inferior a 8 horas diárias, pedindo que a jornada 6 ou 7 horas diárias fosse considerada inconstitucional ou que se desse a redução proporcional de remuneração dos servidores.

O Sindjus entrevistou nesses procedimentos, demonstrando que o artigo 19 da Lei nº 8.112/90 deixa sob a discricionariedade do administrador, mediante juízo de conveniência e oportunidade, a escolha da melhor jornada, dentro dos limites de 6 a 8 horas diárias.

Os critérios de conveniência e oportunidade, para o caso, vinculam-se a uma série de fatores, que vão desde a valorização e melhora da qualidade de vida do servidor, premido por um desenvolvimento tecnológico que permite a realização de mais atividades em menos tempo, porém propicia desgaste físico e mental acentuado, até a melhoria de produtividade e da eficiência que as jornadas fixadas permitem alcançar, beneficiando o usuário do serviço público.

Quintos: vitória no STJ

Na sessão de hoje à tarde (28/3/2006), a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, no âmbito do Recurso Especial nº 781.798, julgou favorável no mérito a incorporação de quintos até a MP 2225-45/2001.

O STJ já tinha precedente favorável do seu Conselho de Administração. No entanto, o acórdão proferido no referido recurso especial é fundamental para o reconhecimento do direito na esfera judicial.